



5º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA Nº 137101041810, QUE ENTRE SI CELEBRAM A SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – SEMAD E A ASSOCIAÇÃO EXECUTIVA DE APOIO À GESTÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS PEIXE VIVO – AGB PEIXE VIVO, OBJETIVANDO O DESENVOLVIMENTO DE PROJETO APROVADO PELO GRUPO COORDENADOR DO FHIDRO PARA EXECUÇÃO COM RECURSOS DO FUNDO DE RECUPERAÇÃO, PROTEÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS – FHIDRO, PARA A ESTRUTURAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DA SECRETARIA EXECUTIVA DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRAFICA DO ALTO SÃO FRANCISCO. SF1

O Estado de Minas Gerais por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**, doravante denominada **SEMAD**, inscrita no CNPJ sob nº 00.957.404/0001-78, com sede à Rodovia Prefeito Américo Gianetti, s/n, Bairro Serra Verde - 2º andar – Prédio Minas – em Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, neste ato representada pelo seu Secretário de Estado, **Adriano Magalhães Chaves**, engenheiro eletricitista, casado, portador de CI 19908712 - SSP/SP, inscrito no CPF sob o número 086.051.928-79, residente e domiciliado em Belo Horizonte - MG, na Rua São Mateus, 244 – Brasil Industrial, CEP 30626-260, nomeado por ato do Governador do Estado de Minas Gerais, publicado no dia 04 de janeiro de 2011 no Diário Oficial de Minas Gerais, e a **ASSOCIAÇÃO EXECUTIVA DE APOIO À GESTÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICA PEIXE VIVO - AGB PEIXE VIVO**, doravante denominado **CONVENENTE**, inscrito no CNPJ sob o nº 09.226.288/0001-91, com sede na Rua Carijós, nº 166, 5º andar, Centro - Belo Horizonte - MG, CEP 30120-060, representado neste ato pela sua Diretora Geral, **Célia Maria Brandão Frões**, brasileira, portadora da CI M-1.414.806, SSP/MG, inscrita no CPF nº 463217646-04, residente na Rua Guaratinga, nº 77, aptº 201, Bairro Sion, Belo Horizonte - MG, CEP 30315-430, resolvem celebrar o presente 5º Termo Aditivo ao Convênio nº. 137101041810, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente 5º Termo Aditivo ao Convênio nº 1371010401810, a adoção do novo Plano de Trabalho – Anexo I, para readequação do Plano de Aplicação dos Recursos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do convênio, desde que não colidam com o presente Termo Aditivo, ficando ratificadas as mesmas por este instrumento.



Ass
hi. Bch



CLÁUSULA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

Caberá à SEMAD publicar o presente Termo Aditivo, para que lhe seja adquirida validade, bem como eficácia, conforme o disposto pelo art. 61, § 1º da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – DO FORO

As partes elegem o foro da comarca de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, para dirimir eventuais questões resultantes de interpretação ou execução deste ajuste, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
E por estarem justas e acordadas, as PARTES assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para o mesmo efeito legal, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

Belo Horizonte, 20 de setembro de 2013.


Adriano Magalhães Chaves

Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD


Célia Maria Brandão Fróes
Diretora Geral – AGB PEIXE VIVO

Testemunhas:

Nome: *Rustione Neves dos Santos*
CPF: *084.338.657-65*

End.: *R. Kennedy nº 000 Comp. 55/201*

Nome: *Carla Rodrigues da S. Camelo*
CPF: *070.388.206-64*

End.: *Rua Maracá, 1120 - Casa Branca*



ANEXO I



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

5º TERMO ATIVO
Nº 137101041810

PLANO DE TRABALHO

CONCEDENTE

1 - RAZÃO SOCIAL Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD		2 - CNPJ 17.387.481/0001-32	
3 - INDICAÇÃO DO GESTOR Lilian Márcia Domingues de Resende/ Gerencia de Apoio aos Comitês de Bacias Hidrográficas – Ramal 1527		4 - MASP M-1072874-9	
I - IDENTIFICAÇÃO DO CONVENIENTE			
1 - RAZÃO SOCIAL Associação Executiva de Apoio à Gestão de Bacias Hidrográficas Peixe Vivo - AGB Peixe Vivo		2 - CNPJ 09.226.288/0001-91	
3 - ENDEREÇO SEDE (Av., Rua, nº, Bairro) Rua Carijós, nº 166, 5º andar- Centro			
4 - CIDADE Belo Horizonte	5 - CEP 30.120-060	6 - DDD/TELEFONE (31) 3207.8500	7 - FAX 3201-2368
8 - CONTA CORRENTE/DV 59.641-8	9 - NOME DO BANCO/Nº001 Banco do Brasil	10 - AGÊNCIA 1221-1	11 - PRAÇA DE PAGAMENTO Belo Horizonte/MG
12 - NOME DO RESPONSÁVEL LEGAL Célia Maria Brandão Frões		13 - CPF 463.217.646-04	
14 - CI./ÓRGÃO EXPEDIDOR M - 1.414.806 / SSP-MG	15 - CARGO Diretora Geral	16 - DATA VENC. MANDATO	
17 - ENDEREÇO RESIDENCIAL Rua Guaratinga, 77, ap. 201 - Sion		18 - CEP 30.315-430	
19 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO		20 - Nº CREA	
21 - ENDEREÇO ELETRÔNICO (e-mail)		22 - REGIONAL DO ÓRGÃO	
23 - REPASSE DE CARACTERIZAÇÃO ESPECIAL (Calamidade Pública, Educação, Saúde, Assistência Social)			
24 - INDICAÇÃO DO GESTOR Rubia Santos Barbosa Mansur		25 - CPF 074.017.306-50	

II - INTERVENIENTE

NOME		2 - CNPJ	
3 - ENDEREÇO		4 - BAIRRO / CIDADE	
5 - CEP:			
6 - NOME DO RESPONSÁVEL LEGAL		7 - IDENTIDADE	8 - ÓRGÃO EXPEDIDOR
9 - CPF		10 - CARGO	

H. *[assinatura]*

III - CARACTERIZAÇÃO DA PROPOSTA

1 - PROGRAMA / TÍTULO DA OBRA

Convênio para viabilizar as competências dos Comitês de Bacia Hidrográfica conforme Art. 43 da Lei 13.199/99.

2 - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A Lei Estadual nº 13.199, de 29 de janeiro de 1999, instituiu o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SEGRH-MG e a Política Estadual de Recursos Hídricos, cujos fundamentos baseiam-se, dentre outros, na adoção da bacia hidrográfica como unidade físico-territorial de planejamento e gerenciamento e na descentralização da gestão dos recursos hídricos com a participação do poder público, dos usuários de água e das comunidades.

Cabe destacar como entes integrantes do SEGRH-MG os Comitês de Bacia Hidrográfica, órgãos consultivos, normativos e deliberativos em sua área de atuação, compostos por representantes das entidades eleitas dos segmentos governamental, usuário e da sociedade civil organizada, e as Agências de Bacia Hidrográfica, unidades executivas descentralizadas, a serem instituídas pelo Estado, responsáveis pelo suporte administrativo, técnico e financeiro aos seus respectivos comitês de bacia hidrográfica. Enquanto não são criadas as agências de bacia hidrográfica, a Lei nº 13.199/99 faculta ao Estado a possibilidade de celebração de Contrato de Gestão com organizações civis de recursos hídricos, que são equiparadas às agências de bacia para o exercício de funções de sua competência.

O Decreto Estadual nº 45.230 de 03 de dezembro de 2009, regulamenta dispositivos da Lei nº 15.910, de 21 de dezembro de 2005, que dispõe sobre o Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais - FHIDRO onde estabelece o percentual de até 7,5% (sete vírgula cinco por cento) do valor total anual do FHIDRO para a aplicação nas ações de custeio técnico e administrativo de todos os comitês de bacias hidrográficas, previstos e instituídos, no Estado de Minas Gerais, com vistas ao fortalecimento de sua atuação. Este percentual será liberado anualmente dividido em cotas-parte entre o número de comitês formalmente instituídos no Estado. Para os comitês que tenham instituídas as Agências de Bacia ou entidades a elas equiparadas, por meio de Deliberação do CERH, o valor referente será repassado diretamente a esta entidade, na forma prevista pelos respectivos Contratos de Gestão. Para os comitês que ainda não tenham Agência de Bacia ou entidades a elas equiparadas, os recursos poderão ser repassados a organizações não governamentais inscritas no Cadastro Estadual de Entidades Ambientais (CEEA), nos termos da Resolução SEMAD n.º 696, de 18 de janeiro de 2008, e no Cadastro Geral de Convenientes do Estado de Minas Gerais (CAGEC), por meio da apresentação de Deliberação de aprovação da indicação pelo respectivo Comitê, bem como do Plano anual de Trabalho.

Dessa forma, a Associação Executiva de Apoio à Gestão de Bacias Hidrográficas Peixe Vivo - AGB Peixe Vivo, a partir de indicação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto São Francisco através da Deliberação nº 002, de 02 de Dezembro de 2009, será a Conveniente que executará o presente plano de trabalho.

3 - TIPO DE ATENDIMENTO	4 - PERÍODO DE EXECUÇÃO	
	INÍCIO	TÉRMINO
<input type="checkbox"/> Proteção e Conservação da Biodiversidade; <input type="checkbox"/> Proteção à Fauna e à Flora; <input type="checkbox"/> Proteção e/ou Recuperação de Nascentes; <input type="checkbox"/> Prevenção e Combate a Incêndios Florestais; <input type="checkbox"/> Recuperação de Áreas Degradadas; <input type="checkbox"/> Reflorestamento; <input type="checkbox"/> Programa de Educação Ambiental; <input checked="" type="checkbox"/> Gestão de Recursos Hídricos; <input type="checkbox"/> Preservação da Quantidade e da Qualidade das Águas; <input type="checkbox"/> Triagem e Compostagem de Resíduos Sólidos; <input type="checkbox"/> Prevenção do Meio Ambiente (Poluição) / Qualidade do Ar; <input type="checkbox"/> Prevenção do Meio Ambiente / Degradação Ambiental; <input type="checkbox"/> Desenvolvimento de Projetos de Preservação do Meio Ambiente; <input type="checkbox"/> Capacitação / Cursos para Manutenção e Recuperação Ambiental <input type="checkbox"/> Saneamento Ambiental	Abril /2010	Julho/2014

5 - OBJETIVOS ESPECÍFICOS

O presente Convênio objetiva viabilizar as competências do Comitê de Bacia Hidrográfica do Alto São Francisco, quais sejam:

- Operacionalizar e fornecer suporte administrativo às reuniões ordinárias e extraordinárias do Comitê, reuniões de Câmaras Técnicas, bem como aos eventos planejados pelo Comitê;
- Fornecer apoio técnico a estudos realizados na bacia hidrográfica;
- Elaborar Relatório Anual de Atividades do Comitê, conforme previsto na legislação e apresentá-lo em reunião plenária para deliberação;
- Realizar atividades de comunicação, mobilização social e outras atividades afins, visando fornecer visibilidade do Comitê nos diversos meios de comunicação.

6 - JUSTIFICATIVA

A Lei Estadual nº 13.199, de 29 de janeiro de 1999, instituiu o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SEGRH/MG e a Política Estadual de Recursos Hídricos, cujos fundamentos baseiam-se, dentre outros, na adoção da bacia hidrográfica como unidade físico-territorial de planejamento e gerenciamento e na descentralização da gestão dos recursos hídricos com a participação do poder público, dos usuários de água e das comunidades.

Capê destacar como entes integrantes do SEGRH-MG os Comitês de Bacia Hidrográfica, órgãos consultivos, normativos e deliberativos em sua área de atuação, compostos por representantes das entidades eleitas dos segmentos governamental, usuário e da sociedade civil organizada, e as Agências de Bacia Hidrográfica, unidades executivas descentralizadas, instituídas pelo Estado, responsáveis pelo suporte administrativo, técnico e financeiro aos seus respectivos comitês de bacia hidrográfica. Enquanto não são criadas as agências de bacia hidrográfica, a Lei nº 13.199/99 faculta ao Estado a possibilidade de celebração de Contrato de Gestão com organizações civis de recursos hídricos, que são equiparadas às agências de bacia para o exercício de funções de sua

Handwritten signature in blue ink.

competência.

A Bacia Hidrográfica do Alto São Francisco, de domínio do estado de Minas Gerais, compreende uma área de aproximadamente 14.203 Km² e uma população de 443.588 mil habitantes, constituindo nesse Estado uma Unidade de Planejamento e Gerenciamento de Recursos Hídricos (UPGRH) designada pela sigla CBH - SF1. Essa Unidade engloba, parcial e integralmente, os territórios de 29 municípios: Abaeté, Arcos, Bambuí, Bom Despacho, Capitólio, Campos Altos, Córrego Danta, Córrego Fundo, Dolores do Indaiá, Doloresópolis, Estrela do Indaiá, Formiga, Iguatama, Japaraíba, Lagoa da Prata, Luz, Martinho Campos, Medeiros, Moema, Pains, Pimenta, Piumhi, Pratinha, Quartel Geral, Santo Antônio do Monte, São Roque de Minas, Serra da Saudade, Tapiraí e Vargem Bonita.

Por sua vez, o Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto São Francisco, foi instituído pelo Decreto Estadual 43.711, de 08 de janeiro de 2004, sendo composto por 32 titulares e 32 suplentes representantes indicados pelos órgãos e entidades eleitas de quatro segmentos, entre titulares e suplentes: poder público estadual, municipal, usuários de água e sociedade civil ligada aos recursos hídricos situados nessa bacia hidrográfica. Enquanto órgão de Estado integrante do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SEGRH-MG, o CBH do Alto São Francisco apresenta competências deliberativas, normativas e consultivas em sua área territorial de atuação sobre questões relacionadas à água.

Nesse sentido há necessidade de propiciar recursos financeiros para a estruturação física e operacional dos Comitês de Bacia hidrográfica e o Estado de Minas Gerais por meio da SEMAD irá repassar recursos do FIDRO, os quais deverão custear as atividades dos Comitês, conforme estabelece o Art. 3º, parágrafo 4º do Decreto 45.230/09.

Como o Comitê não tem personalidade jurídica a entidade AGB Peixe Vivo prestará o suporte administrativo, financeiro e técnico ao CBH Alto São Francisco.

Portanto, o objeto deste Convênio é de extrema importância, uma vez que ele irá propiciar as condições para o fortalecimento institucional do CBH Alto São Francisco o que conseqüentemente, contribuirá para o seu melhor desempenho. Ademais, este Convênio vai contribuir para fornecer a visibilidade do Comitê junto à população da bacia e o CBH Alto São Francisco vai exercer o seu papel de co-gestor da gestão de recursos hídricos em sua área de atuação.

7 - PESSOAS BENEFICIADAS

QUANTIDADE 500.000 habitantes	DESCRIÇÃO População da Bacia Hidrográfica do Alto São Francisco
----------------------------------	--

8 - EMENDA PARLAMENTAR

PARLAMENTAR

Nº DA EMENDA

VALOR DA EMENDA

Handwritten signature/initials in blue ink.

IV - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (Meta, Etapa ou Fase)

META	ETAPA/ FASE	ESPECIFICAÇÃO	INDICADOR FÍSICO		DURAÇÃO	
			Unid.	Qtd.	Início	Término
1	1	Nº de Reuniões ordinária, extraordinária e eventos realizados	Reunião/ Evento	22	Abr/2010	09/07/2014
	2	Manter a secretaria administrativa do comitê com despesas de aluguel, luz, internet, água, telefone e material de escritório.	Sede	01	Abr/2010	09/07/2014
	3	Viabilizar a contratação/manutenção de corpo técnico e administrativo para dar suporte às atividades do comitê.	U	01	Abr/2010	09/07/2014
2	1	Nº de Relatórios Técnicos elaborados	Relatório	04	Abr/2010	09/07/2014
	2	Relatório anual de atividades do comitê elaborado	Relatório	4	Abr/2010	09/07/2014
	3	Viabilizar as reuniões das Câmaras Técnicas.	Reunião	06	Abr/2010	09/07/2014
	4	Viabilizar a participação 02 conselheiros nas reuniões do Fórum Mineiro de Comitês e ENCOB (deslocamento, alimentação e hospedagem).	Fórum	04	Abr/2010	09/07/2014
3	1	Nº de matérias/artigos/release encaminhados aos meios de comunicação por reunião ordinária ou extraordinária ou eventos realizados	Un	14	Abr/2010	09/07/2014

hi. Buh
AOL

V - PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS


1 - DEMONSTRATIVO DE RECURSOS			
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	CONCEDENTE	TOTAL
33.90.14	Diárias de Viagens	16.320,00	16.320,00
33.90.33	Passagens	18.800,00	18.800,00
33.90.30	Material de Consumo	53.550,00	53.550,00
33.90.36	O. S. T. P. - Física	40.880,68	40.880,68
33.90.39	O. S. T. P. - Jurídica	330.280,68	330.280,68
TOTAL		459.831,36	459.831,36
2 - VALOR DA PROPOSTA/CONTRAPARTIDA			
ESPECIFICAÇÃO	VALOR	%	OBSERVAÇÃO
SOLICITADO AO CONCEDENTE	459.831,36	100	
CONTRAPARTIDA	-		
CUSTO TOTAL DA PROPOSTA	459.831,36	100	
3 - CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
4341.18.122.701.2090.0001.33.50.41 - 31.1.0			
4 - RESUMO DA APLICAÇÃO (CONCEDENTE)			
ESPECIFICAÇÃO	VALOR	CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO	
1ª Parcela	R\$ 71.935,00	Abril/2010	
2ª Parcela	R\$ 71.935,00	Abril/2011	
3ª Parcela	R\$ 47.394,00	Julho/2011	
4ª Parcela	R\$ 63.192,68	Outubro/2011	
5ª Parcela	R\$ 47.394,00	Março/2012	
6ª Parcela	R\$ 78.990,34	Novembro/2012	
7ª Parcela	R\$ 78.990,34	Março/2013	
Total	R\$ 459.831,36		
5- RESUMO DA APLICAÇÃO (PROPONENTE)			
ESPECIFICAÇÃO	VALOR	CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO	
TOTAL			




VI - DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal da Conveniente, declaro, para fins de prova junto à Concedente, para os efeitos e sob as penas da Lei, que inexistente qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Estado de Minas Gerais ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Estadual, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignados nos orçamentos do Estado, na forma deste Plano de Trabalho.

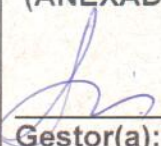
Belo Horizonte, 20 / 09 / 2013


Célia Maria Brandão Fróes
Diretora Geral AGB PEIXE VIVO

VII - RESERVADO AO CONCEDENTE

1 - PARECER TÉCNICO (Favorável/Não Favorável)
TEXTO DO PARECER (RESUMO)

(ANEXADO AO PROCESSO)


Lilian Marcia Domingues de Resende
Comitê de Apoio aos Comitês
de Hidrográficas
Masp: 1072874-9

Masp: 1072874-9

Data: 20 / 09 / 2013

2 - PARECER JURÍDICO (Favorável/Não Favorável)

TEXTO DO PARECER (RESUMO)


Advogado Responsável:

Masp:

Data: 20 / 09 / 2013

2 - OBSERVAÇÃO
ANEXADO AO PROCESSO

O Plano de Trabalho apresentado pelo Conveniente está de acordo com o parágrafo 1º do art. 116 da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993, podendo ser aprovado, observando-se as informações contidas no quadro acima.


Mayara do Valle Bernardes
Diretora de Convênios e Contratos
MASP: 1285473-3

Mayara do Valle Bernardes
Diretora de Convênios e Contratos

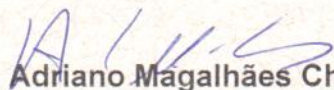


Eduardo Henrique Alves de Paula
Superintendente de Planejamento,
Orçamento e Finanças
MASP: 356717-0

Eduardo Henrique Alves de Paula
Superintendente de Planejamento,
Orçamento e Finanças

Data: 20 / 09 / 2013

Aprovo o presente Plano de Trabalho e autorizo a celebração do Termo Aditivo.


Adriano Magalhães Chaves
Secretário de Estado de Meio Ambiente
e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD

Data: 20 / 09 / 2013



